lativamente o aproveitamento da sua actividade particular;

Considerando que a povoação de Gandra, do mesmo concelho, é a chave do município, onde toda a gente, por força da sua colocação geográfica, é obrigada a passar a abastecer-se;

Atendendo a que na organização administrativa sempre se teve em vista salvaguardar as conveniências dos povos e favorecer as naturais relações dos municípios e suas comodidades; e

Reconhecendo que a denominação mais própria, conveniente e adequada ao concelho é a de Vale de Cambra, por estar em maior correlação com o seu aspecto regional e com o conhecimento que dêle tem o País inteiro;

E assim:

Em nome da Nação, o Governo da República Portuguesa decreta, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É extinto o concelho de Macieira de Cambra, do distrito de Aveiro, e criado o novo concelho, de 3.ª ordem, Vale de Cambra.

Art. 2.º O novo concelho, abrangendo a mesma área, é constituído pelas freguesias do concelho extinto e tem a sua sede na povoação de Gandra, freguesia de Vila Chã.

§ único. A Gandra passará a denominar-se Vale de Cambra.

Art. 3.º A instalação da sede do concelho criado pelo presente decreto fica inteiramente a cargo da comissão administrativa do concelho extinto, a qual continuará a servir dentro do novo município.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêlo se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 31 de Dezembro de 1926.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*José Ribeiro Castanho—Manuel Rodrigues Júnior—Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa—Jaime Afreixo—António Maria de Bettencourt Rodrigues—Júlio César de Carvalho Teixeira—João Belo—José Alfredo Mendes de Magalhães—Felisberto Alves Pedrosa.*

Decreto n.º 12:977

Desde 22 de Dezembro de 1921 que se encontra vago o lugar de official da secretaria do Governo Civil de Faro pela aposentação concedida a Francisco Pedro da Silva Soares por decreto de 26 de Novembro daquele ano;

Considerando que por efeito desta aposentação tem vindo servindo o referido lugar, quasi ininterruptamente, o amanuense da mesma secretaria Francisco do Carmo Sousa;

Considerando que este funcionário, no exercício das suas funções interinas e consequentemente de outras de maior responsabilidade, tem dado sobejas provas da sua muita competência profissional;

Considerando que a um tal funcionário, em quem recaem as melhores informações dos seus superiores hierárquicos, não pode nem deve o Estado alhear-se duma justa e merecida recompensa;

Considerando que no quadro da já mencionada secretaria não existem funcionários adidos da categoria a que respeita o lugar vago;

Atendendo aos merecimentos e mais qualidades que concorrem na pessoa do funcionário em questão e tendo em vista a instantaneidade da necessidade, reclamada por moti-

urgente de serviço público, de prover definitivamente o referido lugar;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É nomeado official da secretaria do Governo Civil de Faro e colocado no respectivo quadro para preenchimento dum lugar vago da mesma categoria ali existente o amanuense Francisco do Carmo Sousa.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêlo se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 31 de Dezembro de 1926.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*José Ribeiro Castanho—Manuel Rodrigues Júnior—Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa—Jaime Afreixo—António Maria de Bettencourt Rodrigues—Júlio César de Carvalho Teixeira—João Belo—José Alfredo Mendes de Magalhães—Felisberto Alves Pedrosa.*

Decreto n.º 12:73

Cacela — a Cacela medieval, hoje freguesia do concelho de Vila Real de Santo António — era já em 1249, quando D. Afonso III entrou na posse definitiva do Algarve, uma povoação importante, forte e poderosa.

D. Paio Peres Correia, o aguerrido mestre da Ordem de Santiago, fizera dela o seu quartel.

D. Dinis deu-lhe foral em 1283 (1321 da era de César).

É uma das sete vilas do Algarve, cujo castelo figura no escudo nacional.

Mas de todas as suas antigas grandezas nada mais existe hoje do que os restos desmantelados de alguns dos seus muros.

A invasão do mar, o estagnamento das águas do ribeiro que corre a nascente da povoação e a acção dos terremotos de 1755 e 1807 concorreram para essa decadência, a que também não foi estranha a sua acção guerreira e patriótica contra mouros e piratas.

Actualmente não há uma povoação que conserve o nome de Cacela, pois os minguidos restos da antiga vila têm apenas oficialmente o nome de sítio da Igreja.

Cacela é somente o nome de freguesia.

Por virtude de tal decadência e ainda pela construção da estrada nacional de Vila Real de Santo António a Sagres e da linha férrea daquela vila a Lisboa, os principais interesses da freguesia passaram a movimentar-se entre os sítios da Venda Nova e Buraco, junto das aludidas estrada e linha, onde hoje se concentra uma população bastante numerosa, com os seus mercados diários de géneros e peixe, feira anual em 15 de Outubro, mercado de gado no segundo domingo de cada mês, e se erguem os principais estabelecimentos comerciais, a residência do facultativo municipal, a farmácia, a estação telegrafo-postal, a estação de caminho de ferro, o posto do registo civil, as escolas do ensino primário, uma fábrica de moagem e muitos edificios de boa construção, que não envergonham nenhuma das vilas de maior importância.

Por todos estes motivos e porque se torna vantajoso para a história da nacionalidade não quebrar a tradição

e antes conservar quanto possível as denominações que nos sugerem factos históricos de importância:

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições: hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É mudada a actual sede da freguesia de Cacela, do sítio da Igreja, para os sítios da Venda Nova e do Buraco.

Art. 2.º A nova sede denominar-se há Vila Nova de Cacela e será limitada ao norte pela linha férrea ao sul por uma linha paralela à estrada nacional n.º 70, e a 100 metros ao sul dela, a nascente pelo caminho que da estrada nacional conduz para a Torre dos Frades, e a poente pela estrada velha que sai da referida estrada nacional para a serra, supondo-se prolongada para o sul esta estrada velha e o caminho aludido, até encontrarem o limite por este lado.

Art. 3.º A junta de freguesia fica autorizada a fazer as expropriações que forem necessárias para se poderem estabelecer ou melhorar mercados, ruas, praças, edifícios públicos, fontes ou poços da nova vila e bem assim para um novo cemitério ou outro fim de interesse público.

Art. 4.º A junta de freguesia poderá também estabelecer nos mercados, fontes ou poços da vila, no cemitério ou noutros locais por ela administrados, as taxas que julgar convenientes, ou quaisquer licenças ou impostos não proibidos por lei.

Art. 5.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 4 de Janeiro de 1927.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*José Ribeiro Castanho—Manuel Rodrigues Júnior—Abílio Augusto Valdês de Passos, e Sousa—Jaime Afreixo—António Maria de Bettencourt Rodrigues—Júlio César de Carvalho Teixeira—João Belo—José Alfredo Mendes de Magalhães—Felisberto Alves Pedrosa.*

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Secretaria Geral

Decreto n.º 12:979

Pelo decreto n.º 9:825, de 19 de Junho de 1924, foram actualizados os limites das autorizações para realização de contratos pelos diversos serviços públicos em virtude da desvalorização da moeda, mas o Conselho Superior de Finanças tem-se recusado a visar os contratos realizados ao abrigo do mesmo diploma, sob o fundamento de esse decreto ser inconstitucional, o que tem obrigado o Governo, pelos diversos Ministérios, a publicar no *Diário do Governo* declarações mantendo esses contratos.

Convindo regularizar de vez a situação, de forma a evitar o prejuízo que resulta para os serviços de não serem rapidamente visados os respectivos contratos:

Hei por bem, sob proposta dos Ministros das diversas Repartições, tendo ouvido o Conselho de Ministros, e usando da faculdade que me concede o n.º 2.º do ar-

tigo 2.º do decreto lei n.º 12:740, de 26 de Novembro último, decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É declarado em pleno vigor, para todos os efeitos legais, o decreto n.º 9:825, de 19 de Junho de 1924.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Presidente do Ministério e os Ministros das demais Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 6 de Janeiro de 1927.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*José Ribeiro Castanho—Manuel Rodrigues Júnior—Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa—Jaime Afreixo—António Maria de Bettencourt Rodrigues—Júlio César de Carvalho Teixeira—João Belo—José Alfredo Mendes de Magalhães—Felisberto Alves Pedrosa.*

Direcção Geral das Contribuições e Impostos

1.ª Repartição Central

Decreto n.º 12:980

Considerando que é conveniente arredondar e actualizar um pouco as taxas de selo das especialidades farmacêuticas, não só pelo aumento de receita que dessa actualização resulta, mas também por assim se proteger a indústria farmacêutica nacional, como foi ponderado e solicitado pela Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, advogando os justos interesses dos seus associados da sua sub-secção das indústrias farmacêuticas;

Considerando que, destinando se os referidos produtos à saúde pública, não devem as respectivas taxas sofrer os aumentos fixados para outros valores selados; e

Considerando que a diversidade de fórmulas de estampilhas constitui um pesado encargo para o Tesouro, grande perturbação nos serviços públicos, ao mesmo tempo que dificulta as conferências e balanços;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições: hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Os impostos especiais que actualmente incidem sobre as especialidades farmacêuticas e águas minero-medicinais estrangeiras passam a ser cobrados por meio de estampilha do imposto de selo, mas com as seguintes alterações nas respectivas taxas:

1.º As unidades de venda dos respectivos produtos, ainda que contenham mais de uma unidade tributária daquelas a que se refere o artigo 7.º do regulamento de 14 de Outubro de 1913, ficam sujeitas à taxa mínima de \$05 por cada uma, se forem especialidades nacionais compreendidas no n.º 1.º do artigo 10.º do regulamento citado, e o preço de venda ao público da respectiva embalagem, incluindo o selo, não for superior a \$50.

Quando o preço de venda estiver compreendido entre \$50 e 1\$ inclusive, a taxa será de \$10; e quando o preço for superior a 1\$, a taxa de \$10 será acrescida de \$05 por cada escudo a mais ou fracção.

2.º Se as unidades de venda forem de especialidades estrangeiras importadas, completamente concluídas para a venda, ou daquelas a que se refere o n.º 2.º do artigo 10.º do citado regulamento, a taxa mínima será de \$30 por cada uma, quando o preço de venda, incluindo o selo, não for superior a 2\$.

Quando o preço de venda for superior a 2\$, a taxa de \$30 será acrescida de \$10 por cada escudo a mais ou fracção.